

Inchando o "país bandalho" à custa do "país sério"

A entrega — ainda que por vias tortas — do comando das decisões econômicas a um equipe tecnicamente competente, homogênea e conhecedora da máquina burocrática suscita a esperança de que agora, finalmente, a racionalidade e o pragmatismo voltem a dar o tom de nossa política econômica e até de que será possível começar uma ação efetiva para reduzir o déficit público, a maior — senão a única — causa de nossa inflação, conforme reconhecem, enfaticamente, os dois novos titulares dos principais ministérios econômicos.

No entanto é forçoso reconhecer que o mero fim da incompatibilidade entre os principais ministros da área econômica que caracterizou, até aqui, a "Nova" República, e o seu reconhecimento público de que o déficit é o maior problema de nossa economia não constituem motivo suficiente para acreditarmos que estamos ingressando, de fato, num período de austeridade. A verdade é que enquanto repete a sua recomendação para que os gastos públicos sejam contidos "com mão de ferro", os atos do presidente Sarney confirmam que ele continua tratando o problema com a costumeira mão de geléia (ou será mão de gato?).

São cada vez mais estarrecedores os números sobre os rombos nas contas públicas que vão sendo apresentados nas turvas contas do governo e das estatais. Este ano, com a inflação de janeiro ultrapassando os 16% e apesar da existência de um orçamento unificado e da alegada extinção da conta-movimento do Banco do Brasil — pretexto utilizado pelo sr. Camilo Calazans para obter do então ministro Dilson Funaro a expansão "compensatória" das atividades do banco que, assim, se transformou numa ameaça ainda maior para os seus "concorrentes" privados e numa ponte ainda mais poderosa de evasão de recursos públicos — o déficit operacional do setor público será, na hipótese mais otimista, tão grande quanto o de 1987, conforme alertam, entre outros, o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e o ex-diretor da Área Bancária do BC, Alberto Furuguem.

Esses dois renomados técnicos estão convencidos de que se medidas drásticas e efetivas não forem tomadas para reduzir os dispêndios governamentais em todos os níveis, o déficit operacional ficará próximo ou ultrapassará os 5,4% do PIB admitidos oficialmente no ano passado. Isto é, a sociedade brasileira, já à beira da hiperinflação, está arriscada a mergulhar de cabeça nesse processo vertiginoso, empurrada por um déficit nominal de 20 a 25% do PIB, conforme estima o economista Antônio Carlos Lemgruber, ex-presidente do Banco Central. Este é o verdadeiro tamanho do buraco sem fundo que o governo tenta encobrir com a divulgação do déficit no conceito operacional que exclui os efeitos das correções monetária e cambial.

Em 1988, assim como em 1987, o item mais crítico das contas oficiais no que se refere à administração direta continua sendo o das despesas de pessoal. Só neste mês de janeiro, apenas no âmbito da União, esses gastos somarão a bagatela de Cr\$ 93 bilhões. E como não se pretende cortar funcionários ociosos, esse problema permanecerá ao longo de todo o ano, exatamente como aconteceu no ano passado, quando o Tesouro gastou Cr\$ 393,8 bilhões em salários e encargos sociais, com um crescimento real de 19% sobre o ano anterior, ou se agravará ainda mais se, como tudo indica, as contratações não pararem. Esse violento choque nas contas do ano passado só foi superado pela expansão dos dispêndios com pessoal das empresas estatais, que aumentaram nada menos que 21% (!!!) reais em 1987, ano em que essas empresas acumularam um rombo financeiro de Cr\$ 196,2 bilhões, ao qual devem ser somados os resultados negativos das estatais estaduais e municipais, no valor de Cr\$ 74,9 bilhões. Ao todo, um buraco de Cr\$ 271,1 bilhões ou 2,3% do PIB, em comparação com uma previsão inicial de 1% do PIB feita pelos autores do Plano de Controle Macroeconômico.

Merece destaque o fato de que os investimentos das empresas estatais se expandiram 16% reais em 1987, isto é, cinco pontos percentuais menos que o crescimento dos gastos com pessoal... E isso num governo que afirma ter feito uma "opção pelo social". No entanto, não foram os gastos do setor social (educação, saúde, habitação, saneamento etc.) que explodiram nem as despesas com investimentos produtivos, mas as vultosas verbas aplicadas na contratação de funcionários desnecessários.

Esta é a grande contribuição "social" dos políticos do PMDB encastelados em mais de uma dezena de ministérios e em duas dezenas de governos estaduais. Sua grande obra, seu grande impulso se dirigiu ao país bandalho (aquele que o ex-ministro Aníbal Teixeira andou descrevendo ultimamente), que ajudou a ampliar com a forma mais anti-social de utilização dos recursos públicos. O país sério murchou na proporção inversa nesses últimos três anos.

E ainda indica que essa odiosa forma de corrupção que é o clientelismo político haja terminado. Ao contrário, tem crescido tanto que já constitui empecilho até para a obtenção de um acordo para a dívida. A descrença que já se verifica aqui dentro começa a ter eco também lá fora... Não obstante, e apesar dos discursos, o presidente Sarney acaba de assinar decreto criando 168 novas agências da Previdência Social, em vários Estados, e mais 589 vagas de nível médio e superior para o preenchimento de "cargos de confiança". Enfim, por toda parte é a mesma coisa: mais e mais pessoal. Esta também é a filosofia dos governadores do PMDB, liderados pelo sr. Orestes Querécia, que sozinho "ofereceu" quase 50 mil novos empregos para seus parentes, amigos e protegidos políticos. Trata-se, sem dúvida, da mais importante contribuição dada no ano que passou para o crescimento do país bandalho à custa do sufocamento do país sério.

Tembora terrível, este não é o único problema a ser enfrentado pela nova equipe econômica, pois há muito mais, como denunciou o economista Alberto Furuguem. Segundo esse técnico, a unificação orçamentária em que tanto confia o ministro da Fazenda para controlar os gastos pode ajudar, porém ela corre um risco semelhante ao da "eliminação" da conta-movimento do Banco do Brasil, utilizada para tapar os rombos das estatais. Na realidade, essa conta "simplesmente não foi eliminada", tendo tão-somente trocado de nome para a conta de "suprimentos ao Banco do Brasil". Esta rubrica teve um aumento de Cr\$ 270 bilhões no ano passado ou 40% do total do déficit... Afinal, nós não vivemos no País da mentira institucionalizada?

A verdade é que as brechas para a realização de despesas não orçadas continuam abertas e não adianta "fechar" temporariamente a caixa do governo, se as fontes desses gastos continuarem intocadas.

De uma maneira — a mais rápida e menos dolorosa de diminuir o déficit público — que precisa ser levada em consideração, sobretudo neste momento em que se constata uma forte queda na arrecadação de impostos em função do desaquecimento da economia, um claro sinal de que a doença econômica brasileira está entrando num processo de metástase. Mesmo com o aumento real de mais de 82% no Imposto de Renda das pessoas físicas no ano passado — o que constitui o maior arrocho fiscal de nossa história — a receita federal não conseguiu compensar a perda de 16% na arrecadação sobre a renda das empresas, massacradas pela política antieconômica e pelo terrorismo antiempresarial do PMDB. O total arrecadado foi 26,64% menor que em 86. A forma de diminuir o déficit que mencionamos já está sendo experimentada pela Embratur. Trata-se de vender os ativos do setor estatal; de privatizar empresas ou, pelo menos, de vender as participações acionárias do governo em empresas nas quais ele não tem a maioria. No primeiro dia da experiência, a Embratur ofereceu ao mercado suas participações em cinco empreendimentos turísticos conseguindo arrecadar 482,3 milhões, o que dá uma idéia do potencial desse método. A empresa anunciou que pretende fazer o mesmo com as ações de outros 32 empreendimentos dos quais participa. O governo, contudo, não deu nenhum sinal positivo de que deseja transformar a iniciativa da Embratur numa política geral de suas empresas.

Ao contrário, os sinais que o governo tem dado comatos apontam todos na direção inversa. Assim, apesar de todas as boas intenções e de todas as qualidades técnicas da nova equipe, dificilmente ela conseguirá resultados concretos enquanto os construtores do país bandalho não forem denunciados como tais à Nação e afastados das portas dos cofres, sobretudo no momento em que se aproximam as eleições.